

DE FORA UFES OPTOU POR NÃO INCLUIR AS COTAS RACIAIS, COMO ERA A REIVINDICAÇÃO DO MOVIMENTO NEGRO DO ESTADO

Cotas: dúvidas entre alunos, professores e diretores

Sistema aprovado na última quinta-feira gerou confusão entre alunos da rede particular

ELAINE VIEIRA
evieira@redgazeta.com.br

A aprovação do sistema de cotas na Ufes a apenas três meses do próximo vestibular gerou

confusão e muitas dúvidas entre os futuros candidatos e entre os diretores de cursinhos preparatórios. Na escola COC, os alunos abriram mão do recreio para tentar entender as conseqüências do novo programa, que vinha sendo discutido desde o ano passado, gerando muita polêmica.

Na votação realizada na última quinta-feira, os 23 membros da Comissão de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe) da Ufes optaram por não incluir as cotas raciais, como era a reivindicação do Movimento Negro do Estado.

Para o diretor do Centro Educacional Leonardo da Vinci, Luiz Antônio Pignaton, o novo sistema deveria ter sido anunciado com antecedência, ou sua implantação deveria ter sido deixada para o próximo ano. "Além disso, a Ufes divulgou a aprovação das cotas sem estabelecer critérios importantes e abrindo brechas para os diferentes perfis, porque nem todo aluno de escola pública é pobre e nem todo aluno de particular é rico", lembra Pignaton, destacando a situação dos bolsistas e de escolas particulares de pouca qualidade, freqüentadas por alunos de classe baixa.

O coordenador do COC Vitória, Dorian Rangel, também achou errada a forma de divulgação. "Os estudantes estão muito aflitos. Há dúvidas sobre se alunos do Cefetes poderão entrar no sistema, se os 40% valem para todos os cursos, se a nota de corte será alterada... Entrei no site da Ufes e liguei para lá, mas ninguém sabe me responder sobre o projeto. Na hora do recreio, os estudantes pararam para tentar entender um pouco melhor esse sistema", ressaltou.

No Projeto Universidade para Todos, que atende ex-alunos de escolas públicas e em 11 anos de existência nunca conseguiu aprovar um aluno para Medicina, as cotas representam uma vitória.

"Este ano pretendemos aprovar 500 candidatos no VestUfes. Sem o nosso projeto, talvez não tivéssemos tantos estudantes da rede pública na Ufes", destaca o coordenador José Vasconcelos.

ram para tentar entender um pouco melhor esse sistema", ressaltou.

Este ano pretendemos aprovar 500 candidatos no VestUfes. Sem o nosso projeto, talvez não tivéssemos tantos estudantes da rede pública na Ufes", destaca o coordenador José Vasconcelos.

ram para tentar entender um pouco melhor esse sistema", ressaltou.

Eles comemoram...



...eles querem informação



Movimento Negro analisa relatório

Membros da entidade se reunirão amanhã para apontar lacunas deixadas no sistema

O Movimento Negro do Estado vai se reunir amanhã para analisar o relatório final do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (Cepe), com o resultado da votação sobre o sistema de cotas.

"Até agora (ontem), não

TIRE ALGUMAS DE SUAS DÚVIDAS

■ **Quem vai se beneficiar das cotas?** Ex-alunos de escolas públicas, que tenham cursado no mínimo sete anos na rede pública, incluindo os três de Ensino Médio, cuja renda familiar seja inferior a sete salários mínimos (R\$ 2.660)

■ **Terão que ser sete anos seguidos?**

Não. Desde que todo o Ensino Médio tenha sido cursado em escolas públicas, os quatro anos restantes não precisam ser consecutivos

■ **Alunos do Cefetes poderão concorrer a vagas de cotas?**

Sim. Como escola pública os alunos de Cefetes terão direito às cotas, desde que tenham cursado mais quatro anos em escolas públicas

■ **O que é preciso fazer para concorrer?**

Na hora da inscrição, o candidato deve assinalar a faixa de renda familiar no formulário de inscrição. O método de comprovação da renda ainda não foi definido, mas será publicado no edital, no próximo dia 18

■ **Como conseguir isenção da taxa de inscrição?**

O prazo para requerer a isenção terminou no último dia 3

■ **Como serão definidas as vagas?**

Todos os candidatos inscritos concorrerão a 60% das vagas. Depois do ro

SATISFAÇÃO. Lynick, Daiana, Mel e Evandro são estudantes do Universidade para Todos, voltado para alunos oriundos do ensino público, e receberam a decisão com satisfação. No entanto, admitem que a solução seria melhorar a qualidade do ensino público. “Cotas servem apenas como paliativo”, disse Mel Graziela, 18, que vai prestar o vestibular para Ciências Biológicas. Daiana, que vai tentar Medicina, também declara-se feliz com a decisão. “Historicamente sabemos que o curso é elitizado, mas talvez tenhamos mais chances. Mas isso não me deixa mais tranqüila”. FOTO: RICARDO MEDEIROS

Ponto de corte pode dificultar acesso

Alunos de escolas públicas podem ter dificuldade para entrar em cursos disputados

Com a manutenção do ponto de corte – a pontuação mínima exigida para ser classificado para o curso – igual para todos os candidatos aos cursos, a Ufes pode dificultar o preenchimento das vagas reservadas para os alunos de escolas públicas. Essa opinião une o diretor do Centro Educacional Leonardo da Vinci, José Antônio Pignaton, e o diretor do Centro de Estudos da Cultura Negra, Gustavo Forde.

Segundo eles, é bem provável que os alunos de escolas públicas – cujo conteúdo é prejudicado – não consigam fazer a quantidade de pontos mínima para passar em cursos como Medicina, Engenharia e Direito.

“As vagas seriam remanejadas novamente para o bloco geral de candidatos, o que dificultaria ainda mais a inclusão de alunos de escolas públicas nesses cursos”, analisa Forde. Para Pignaton, “alguns cursos continuarão a ter predominantemente egressos de escolas públicas; e outros, a ser preenchidos pelas escolas particulares”.

Em geral, a média de alunos de escolas particulares nos cursos da Ufes é de 63,3%. Entre os cursos com maior porcentagem estão Oceanografia, Odontologia, Medicina, Direito e Comunicação Social.

Sistema seria inconstitucional

Advogado defende que acesso ao ensino superior deve ser determinado pela capacidade intelectual

O sistema de cotas da Ufes também está sendo questionado judicialmente. “A princípio, todo sistema de cotas é inconstitucional, pois fere princípios básicos como o da legalidade, já que as resoluções dos conselhos universitários não têm valor legal; e também o artigo 206, que regula a educação”, explica o advogado e professor de Direito Constitucional da FDV, Cláudio de Oli-

RÁPIDO. Já os alunos Bruna, Shaina, Rafael e Pedro fazem o pré-vestibular no colégio COC e passaram a sexta-feira tentando decifrar as informações desconstruídas sobre o projeto de cotas. “Foi muito rápido. Além disso, acredito que 40% é um número muito grande para começar. Não sabemos se os sete anos de ensino público devem ser corridos”, disse Rafael Abreu, 17. Para Shaina Ferrari, que vai prestar para Medicina, o sistema não vai dar mais oportunidades. “Não sou contra, mas não estão mudando em nada a estrutura do ensino público”. FOTO: RICARDO MEDEIROS

veira Santos Colnago.

Segundo ele, a constituição garante o acesso irrestrito aos ensinos fundamental e médio como uma obrigação do governo. Entretanto, no caso do ensino superior, o artigo 208 destaca que o acesso é determinado pela capacidade intelectual de cada um. “Não se pode levar em conta nenhum outro critério que não o da avaliação de conhecimento”, frisa Colnago.

Uma Ação Direta de Inconstitucionalidade está tramitando no Supremo Tribunal Federal (STF), contra a adoção de cotas na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), o que pode criar um

precedente importante.

O advogado destaca que, ao estabelecer dois critérios para as cotas, a Ufes criou conflitos na própria regra, que podem motivar ações judiciais.

Um aluno que tenha estudado toda a vida em escola pública, mas feito o 3º ano na particular, pode requerer o acesso às cotas, já que a maior parte de seus estudos foi na rede pública. Da mesma forma, pessoas de baixa renda que pagam escolas mais simples para os filhos podem recorrer. “Se a finalidade é dar formação a quem teve o ensino deficiente, excluir essas pessoas das cotas é penalizar que fez sacrifício para investir no filho”, aponta.

precisamos ter acesso ao documento, e é necessário analisar tudo o que será feito para ter uma posição”, explica o diretor do Centro de Estudos da Cultura Negra, Gustavo Forde.

O movimento vai analisar e apontar as possíveis lacunas deixadas no sistema. “Entendemos que a reserva de vagas significa um avanço para a universidade, mas ainda não contempla a questão racial, e falta comprometimento em mudar essa realidade”, destaca Forde.

DECISÃO. Para ele, a decisão não pode ser tomada com base nos perfis passados pelos alunos em 2007. “Na autodeclaração feita por quem já estudava lá, 37% dos estudantes de Medicina afirmaram ser negros, o que sabemos não ser realidade”, frisa.

Para ele, a coleta de dados foi “contaminada” pela discussão sobre cotas que se iniciou no ano passado. “Muitos louros chegaram a se declarar afrodescendentes”, aponta.

das vagas. Depois do resultado final da segunda etapa, os primeiros colocados, independente da escola de origem, vão ocupar as vagas referentes aos 60%. Depois, uma avaliação do perfil socioeconômico feita automaticamente pelo sistema da Ufes, vai classificar os ex-alunos de escolas públicas pelo total de pontos. Os primeiros colocados dessa lista ocuparão os 40% restantes de vagas

Qual será o ponto de corte?

A pontuação mínima exigida continuará a ser feita segundo as mesmas fórmulas utilizadas no último vestibular. O mesmo ponto definirá a classificação de cotistas e de não-cotistas

Estudei a vida toda em escola pública, mas fiz o 3º ano em uma particular. E agora?

Segundo a Ufes, nesses casos o aluno não tem direito a concorrer às vagas

ANÁLISE

Marly Imperial Garabelli

Pressão por qualidade

O sistema de cotas não é uma solução em si, mas abre uma esperança de se incentivar a melhoria do ensino público de uma forma geral. Acredito que, ao vislumbrar a possibilidade de utilizar 40% das vagas da universidade, os alunos e a população como um todo vão fazer pressão para que o governo aumente não só a qualidade de ensino, como também a quantidade de escolas de ensino médio, que é muito pequena para atender a uma população como a do Espírito Santo. Foram quase 20 anos sem construir nenhuma escola. Só com ensino básico de qualidade podemos preparar esses jovens para a universidade, porque, senão, vai ser preciso instaurar aulas de reforço para desfazer o abismo de conteúdo que separa as escolas públicas das particulares. De uma forma geral, pelos dois critérios utilizados, o sistema de cotas da Ufes é o que menos me agride entre os que são utilizados país a fora, pois é uma forma de garantir que apenas a população que realmente precisa seja atendida.

Marly Imperial Garabelli é mestre em Educação pela Universidade da Califórnia

QUEM SÃO OS ALUNOS DA UFES

Confira o perfil socioeconômico dos alunos que ingressaram na universidade em 2007:

49,6% possuem renda mensal familiar entre cinco e vinte salários mínimos (R\$ 1.500 - R\$ 6.000 na data da inscrição)

40,7% possuem renda mensal familiar abaixo de 5 salários mínimos (R\$ 1.500,00). Entre os inscritos, esse número era de 51,3%

8,3% indicaram renda maior do que vinte salários mínimos (R\$ 6.000,00). Entre os inscritos eram 5,8%

48,2% dos ingressantes afirmaram possuir um carro de passeio na família

30,4% declararam não possuir

nenhum carro

20,8% possuíam mais de um carro

53,1% dos alunos ingressantes se autodeclararam de cor branca

35,7% se autodeclararam pardos

7,3% se autodeclararam pretos

2,4% se autodeclararam amarelos

0,4% se autodeclararam indígenas

(Dados por autodefinição)